



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Superintendência Regional Sul
Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística
Divisão de Engenharia e Patrimônio Imobiliário
Setor de Serviços de Engenharia de Manutenção

Anexo

ANEXO I-C

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇO

ESTE PROCEDIMENTO DEVERÁ SER ADOTADO POR TODAS AS EMPRESAS CONTRATADAS E SUBCONTRATADAS

Nota: As situações e atividades não contempladas neste manual deverão ser tratadas de acordo com a legislação vigente.

1. OBJETIVO

Este documento foi desenvolvido com o intuito de informar e orientar as empresas prestadoras de Serviços e SUBCONTRATADAS, no cumprimento das exigências da legislação de Segurança e Saúde Ocupacional.

A CONTRATADA deverá adaptar-se aos procedimentos constantes neste anexo, além de buscar o aprimoramento dos procedimentos de Segurança do Trabalho, na medida em que se aplicarem às suas operações.

A CONTRATADA se obriga a implementar os referidos procedimentos, com a atenção específica dada às situações, condições e particularidades dos serviços a serem prestados ao INSS.

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Decreto - Lei N.º 5.452, DE 1º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT);

Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977;

Portaria N° 3.214, de 08 de junho de 1978, suas Normas Regulamentadoras – NR's, no que couber, e legislação complementar aplicável

LEI N° 8.213/1991 LTCAT– Laudo Técnico da Condições Ambientais do Trabalho.

Decreto nº 3.048/99 e alterações efetuadas pelo Decreto nº 10.410/2020

3. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

A CONTRATADA deverá, antes do início das atividades, apresentar ao Gestor do Contrato do INSS as seguintes documentações, quando aplicável:

a) relação dos empregados da CONTRATADA, que executarão as atividades do contrato, contendo nome, CPF e cargo/função;

b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;

c) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;

d) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT;

e) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, com a relação dos exames realizados dos empregados que executarão as atividades do contrato;

f) Anotação de responsabilidade técnica;

g) Ordem de Serviço de Segurança, conforme NR-1, contendo a relação dos serviços a serem executados, os riscos envolvidos, os procedimentos de segurança e saúde que deverão ser seguidos e os EPIs e EPCs que deverão ser utilizados;

h) Termo de recebimento e responsabilidade de EPIs e de uniformes entregues aos empregados da CONTRATADA que executarão as atividades do contrato, constando o nome do empregado, a assinatura do recebimento, data da entrega, tipo do EPI/uniforme, fabricante, modelo/referência, número do Certificado de Aprovação - C.A.;

i) certificado de conclusão de treinamentos obrigatórios e reciclagens exigidos de cada empregado alocado na execução dos serviços, realizados em instituições reconhecidas pelo MEC, ou pelo SENAI, ou pelo INSS devendo possuir nome do empregado, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável nos termos e condições estabelecidas no contrato;

j) declaração da CONTRATADA com o número de empregados do seu estabelecimento, sua Classificação Nacional da Atividade Econômica - CNAE e o respectivo Grau de Risco conforme NR-4;

k) composição da CIPA (com relação dos membros) ou, quando desobrigada legalmente a constituir a comissão, indicação de seus representantes para tratar dos assuntos relativos a segurança e medicina do trabalho de forma integrada com a CIPA da CONTRATANTE que atua no mesmo local de trabalho;

l) A CONTRATADA deve fornecer o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;

m) Procedimentos Operacionais de trabalho;

Qualquer documento entregue com omissões ou erros será devolvido à CONTRATADA para correção, conforme exigência do contrato.

Para as atividades que envolvam riscos específicos, tais como: trabalhos em alturas, ambientes confinados e serviços na área elétrica; deve-se ter a consignação de informações específicas tanto no Registro Geral quanto no ASO.

No caso de atividades não previstas cujos riscos sejam acentuados, deverá a CONTRATADA e SUBCONTRATADA comunicar o fato a Contratante e cumprir toda a legislação específica e as exigências administrativas acima.

4. DOCUMENTOS PARA ATIVIDADES EXECUTADAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS

A CONTRATADA deverá manter as avaliações ambientais atualizadas, registrando toda e qualquer alteração no ambiente de trabalho e atividade executada que possa alterar as avaliações ambientais já realizadas.

A CONTRATADA deve estabelecer, tendo por base laudos técnicos emitidos por profissionais legalmente habilitados, as situações e os empregados que se enquadram nas atividades consideradas insalubres ou perigosas, de acordo com a legislação vigente, bem como os meios de controle que serão utilizados para sua eliminação ou neutralização.

4.1. Trabalhos em Instalações Elétricas

Para os trabalhos realizados em INSTALAÇÕES ELÉTRICAS deverão ser entregues ao fiscal do contrato:

- Cópia do Registro dos trabalhadores onde deve estar consignado as atividades que poderão realizar;
- Cópia da autorização formal da empresa para trabalhos com eletricidade e a abrangência da autorização;
- Registro da capacitação, qualificação ou habilitação;

- Certificados de treinamento – Baixa tensão 40 hs Validade bienal;
- Certificados de treinamentos - Alta tensão 80 hs. Validade bienal;
- Análise de Riscos;

4.2. **Trabalhos em Máquinas e Equipamentos**

- Certificados de treinamento.

4.3. **Trabalhos na área Civil**

Este item se aplica às atividades e serviços de demolição, reparo, pintura, limpeza e **manutenção de edifícios em geral** e de manutenção de obras de urbanização.

- Gerenciamento de Risco (O documento deve abranger todas as atividades que deverão ser realizadas pelas Contratadas ou Subcontratadas)
- A descrição de uso e a indicação de procedimentos quanto aos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e EPI, conforme as etapas das tarefas a serem realizadas;
- Certificado de treinamento básico. (ANEXO I QUADRO I NR18)
- Certificado de Habilitação do profissional para Montagem e desmontagem de andaimes;

4.4. **Trabalhos em Espaços Confinados**

- Documento formal de identificação dos espaços confinados existentes nas Unidades da Contratante;
- Documento formal indicando o responsável técnico pelo cumprimento desta norma;
- Certificado de capacitação periódica de 8 horas dos trabalhadores autorizados, vigias e supervisores (Validade anual);
- Certificado de capacitação inicial dos trabalhadores autorizados e Vigias com carga horária mínima de dezesseis horas;
- Certificado de capacitação específica inicial dos Supervisores com carga horária mínima de 40 horas;
- Análise de Risco e PET - Permissão de Entrada e Trabalho.

4.5. **Trabalhos em Altura**

- Certificado de capacitação e treinamento para trabalhos em altura 8 horas (Validade anual);
- Documento de Autorização formal de trabalhador capacitado, responsável pelo planejamento, organização e execução de trabalhos em altura;
- Documento indicando o supervisor o qual deverá acompanhar todas as atividades em altura.

5. **RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E SUBCONTRATADA**

5.1. **Antes da execução dos trabalhos**

A CONTRATADA deve garantir, sempre que aplicável, que antes do início das atividade, será realizada a AR - Análise de Risco, PT - Permissão de Trabalho e PET - Permissão de Entrada e Trabalho; bem como cumprir e fazer cumprir os Procedimentos de Trabalho emitidos conforme previsto nas Normas regulamentadoras.

Os documentos acima entregues por SUBCONTRATADA devem ser ratificadas pela CONTRATADA.

Todos os empregados da CONTRATADA e de eventuais SUBCONTRATADAS devem usar uniforme e possuir identificação pessoal com foto compatível com suas atividades. A carteira de identificação deve conter todos os cursos obrigatórios exigidos pela lei.

A CONTRATANTE permitirá somente o acesso as agências, visitantes autorizados e empregados, incluindo respectivos veículos. Existindo a necessidade de outras pessoas acessarem deverá ser feita prévia identificação e comunicação.

Disponibilizar gratuitamente, treinar e exigir o uso de EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva e EPI - Equipamentos de Proteção Individual, certificados comprovando através de fichas de controle as quais deverão ser fornecidas quando solicitadas pela CONTRATANTE.

Disponibilizar ferramentas em perfeitas condições de segurança e uso, adequadas e destinadas à atividade que será desenvolvida. A CONTRATADA e SUBCONTRATADA devem utilizar somente às suas ferramentas, as quais devem ser certificadas e adequadas aos riscos envolvidos no trabalho.

É proibido emprestar qualquer tipo de material ou ferramentas da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apresentar estudo preliminar do ambiente de trabalho de seus funcionários, viabilizando o cumprimento das condições sanitárias, de alimentação e de conforto contidas na NR-24.

Em trabalhos com eletricidade, em altura, espaço confinado, em equipamento de elevação e transporte de materiais e pessoas e/ou atividades que necessitem habilidades específicas, a CONTRATADA deverá comprovar a capacitação de seus funcionários e sempre que exigido deve apresentar Plano de Emergência. Este atendimento deverá ser estendido às SUBCONTRATADAS.

A CONTRATADA que se enquadrar no quadro II da NR4 da Portaria 3.214/78 deverá apresentar um cronograma de visitas aos postos de trabalho, além das ações que serão desenvolvidas sob sua responsabilidade.

5.2. Durante a execução dos trabalhos

A CONTRATADA E SUBCONTRATADAS estão obrigadas a cumprir as normas e regulamentos governamentais decorrentes da Lei nº 6.514 de 22.12.77, e Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria Ministerial nº 3 214 de 08.06.1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, legislação Municipal, Estadual e Federal pertinente e normas, diretrizes, instruções, orientações, especificações e instruções de segurança da CONTRATANTE.

Armazenar as ferramentas, as máquinas e os equipamentos em recipientes e em locais apropriados, bem como mantê-los em perfeitas condições de uso.

Isolar e sinalizar o local adequadamente.

Manter a ordem, higiene e organização do local de trabalho.

Os documentos entregues devem ser dos funcionários que realizaram serviços em cada Unidade da CONTRATANTE. Havendo alterações no quadro de funcionários da CONTRATADA, estes só poderão executar suas atividades depois do cumprimento de todas as exigências relacionadas nos itens acima.

6. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS

Nos termos previstos em lei, a CONTRATADA E SUBCONTRATADAS devem aplicar o disposto nas Normas Regulamentadoras, suas alterações posteriores ou outra Norma que vier a substituir, a todas as atividades executadas nas dependências da CONTRATANTE.

A observância dessas instruções não desobriga as organizações do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras, regulamentos sanitários ou leis da União, Estados ou Municípios, bem como daquelas oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho.

6.1. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DE TRABALHO

A CONTRATADA deve elaborar, documentar, implementar, divulgar, manter atualizado e disponibilizar os procedimentos operacionais de trabalho para todos os trabalhadores envolvidos.

Os procedimentos operacionais devem conter instruções claras e específicas para a execução das atividades com segurança. Os trabalhadores devem ser capacitados nos processos de trabalho em que atuam, visando conscientizá-los em relação à importância de cumprimento destes procedimentos para a sua segurança e saúde.

6.2. PLANO DE EMERGÊNCIA

A CONTRATADA deverá apresentar um fluxograma indicando as tomadas de decisões que deverão ser executadas por sua liderança em caso de uma emergência (incêndios, alagamentos, explosões, choque elétrico, queimaduras, quedas, desmaios, variação abrupta de pressão arterial, mal súbito, entre outras).

No Fluxograma deverá conter os telefones, endereços e vias de acesso de postos de urgência/emergência mais próximos ao local.

6.3. AÇÕES EM CASO DE ACIDENTE DO TRABALHO

Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato da Unidade, todo e qualquer incidente ou acidente ocorrido no trabalho, seguido de ações de responsabilidade da contratada, como avaliação médica do acidentado, registro, investigação do acidente e estabelecimento de medidas corretivas e preventivas, no prazo máximo de 2 dias úteis, entregando uma cópia da CAT ao Gestor/Fiscal.

Seguir o Fluxograma do Plano de Emergência estabelecido para o posto de trabalho.

Emitir CAT, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, imediatamente. Encaminhar ao Gestor/Fiscal uma cópia, devidamente registrada no órgão competente, no prazo máximo de dois dias úteis

6.4. AR - ANÁLISE DE RISCO

A CONTRATADA, antes do início das atividades, deverá elaborar, documentar, implantar e divulgar as análises de riscos, qualitativas e quantitativas, das instalações e processos e apresentar ao GESTOR/FISCAL a Análise de Risco - AR e Permissões exigidas conforme os trabalhos a serem realizados.

A AR deverá conter a metodologia que será utilizada para a realização das atividades, a avaliação qualitativa e/ou quantitativa dos riscos envolvidos e as medidas de controle pertinentes.

A CONTRATADA deve elaborar cronograma, definindo prazos e responsáveis para implementar as recomendações aprovadas. A inobservância da implementação das recomendações ou dos prazos, definidos no cronograma, deve ser justificada e documentada, desde que não representem, separadamente ou em conjunto, risco grave e iminente aos trabalhadores.

6.5. PT - PERMISSÃO PARA TRABALHOS E PET - PERMISSÃO PARA ENTRADA E TRABALHO

As atividades que contemplem trabalhos com solda, altura, escavação, espaço confinado e instalações elétricas, devem ser precedidas de uma Permissão de Trabalho – PT conforme indicado pelas normas Regulamentadoras.

O responsável Autorizado pela CONTRATADA deverá preencher a PT e acompanhar o trabalho a ser executado.

A Permissão de Trabalho deve conter os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos; as disposições e medidas estabelecidas na Análise de Risco – AR; e a relação de todos os envolvidos e suas autorizações.

6.6. COMUNICAÇÃO, ISOLAMENTO E SINALIZAÇÃO DE ÁREA

Os locais onde houver riscos de queda de materiais, pessoas e objetos deverão possuir isolamento e sinalização de advertência, restrição e/ou proibição.

As atividades realizadas em áreas de circulação de veículos deverão possuir isolamento e sinalização de advertência de material refletivo, inclusive uniformes dos trabalhadores, deverão atender este requisito.

6.7. ESPAÇO CONFINADO - NR 33

Espaço Confinado é qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir a deficiência ou enriquecimento de oxigênio.

CONTRATADA e SUBCONTRATADA devem elaborar a Análise de Risco- AR e a Permissão de Entrada e Trabalho- PET os quais deverão ser mantidos juntamente com a Ordem de Serviço emitida.

A Análise de Risco determinará a quantidade de trabalhadores necessários para a execução da tarefa.

Nunca permitir a permanência de apenas um trabalhador no espaço confinado, as atividades devem ser acompanhadas e supervisionadas por pessoa capacitada e autorizada.

Avaliar as condições ambientais antes de entrar e durante as atividades no espaço confinado.

A CONTRATADA deve elaborar e implementar procedimentos de emergência e resgate adequados aos espaços confinados.

Interromper todo e qualquer tipo de trabalho em caso de suspeita de condição de risco grave e iminente, procedendo ao imediato abandono do local.

6.8. TRABALHO EM ALTURA - NR 35

Considera-se trabalho em altura toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.

CONTRATADA e SUBCONTRATADA devem elaborar a Análise de Risco- AR e a Permissão de Entrada e Trabalho- PET os quais deverão ser mantidos juntamente com a Ordem de Serviço emitida.

A Análise de Risco determinará a quantidade de trabalhadores necessários para a execução da tarefa.

6.9. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS -NR 12

CONTRATADA e SUBCONTRATADA devem elaborar a Análise de Risco- AR e a Permissão de Entrada e Trabalho- PET os quais deverão ser mantidos juntamente com a Ordem de Serviço emitida.

A Análise de Risco determinará a quantidade de trabalhadores necessários para a execução da tarefa.

6.10. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE - NR 10

Este item se aplica às fases de geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades, observando-se as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis.

CONTRATADA e SUBCONTRATADA devem elaborar a Análise de Risco- AR e a Permissão de Entrada e Trabalho- PET os quais deverão ser mantidos juntamente com a Ordem de Serviço emitida.

A Análise de Risco determinará a quantidade de trabalhadores necessários para a execução da tarefa.

Em todos os serviços executados em instalações elétricas devem ser previstas e adotadas, prioritariamente, medidas de proteção coletiva aplicáveis, mediante procedimentos. As medidas de proteção coletiva compreendem, prioritariamente, a desenergização elétrica e, na sua impossibilidade, o emprego de tensão de segurança.

IMPORTANTE – CONTRATADA e SUBCONTRATADA **não devem** realizar nenhum serviço energizado dentro das unidades da CONTRATANTE. Caso seja necessário, devem ser adotadas todas as medidas necessárias, em comum acordo com a CONTRATANTE, tanto para instalações energizadas e serviços de alta tensão (Serviço de AT - aquele acima de 1000 Volts).

Todos os equipamentos de segurança individuais e coletivos devem ser certificados e uma cópia da certificação e de sua inspeção deverá ser entregue a Contratante para composição do processo e sempre uma cópia deverá estar anexa a AR.

A relação dos trabalhadores envolvidos nas tarefas e os documentos de capacitação, habilitação e autorização deverão ser anexados a AR além da cópia, exigida para compor o processo.

Os trabalhos em AT, em instalações energizadas e instalações desenergizadas que possam acidentalmente serem energizadas **não devem** ser executados de forma individualmente.

Somente **serão consideradas desenergizadas** as instalações elétricas liberadas para trabalho, mediante os procedimentos apropriados, obedecida a sequência abaixo:

- a) seccionamento;
- b) impedimento de reenergização;
- c) constatação da ausência de tensão;
- d) instalação de aterramento temporário com equipotencialização dos condutores dos circuitos;

e) proteção dos elementos energizados existentes na zona controlada (Anexo II);

O estado de instalação desenergizada deve ser mantido até a autorização para reenergização, devendo ser reenergizada respeitando a sequência de procedimentos abaixo:

- a) retirada das ferramentas, utensílios e equipamentos;
- b) retirada da zona controlada de todos os trabalhadores não envolvidos no processo de reenergização;
- c) remoção do aterramento temporário, da equipotencialização e das proteções adicionais;
- d) remoção da sinalização de impedimento de reenergização;
- e) destravamento, se houver, e religação dos dispositivos de seccionamento.

As medidas constantes das alíneas apresentadas nos procedimentos de desenergização/energização podem ser alteradas, substituídas, ampliadas ou eliminadas, em função das peculiaridades de cada situação, por profissional legalmente habilitado, autorizado e mediante justificativa técnica previamente formalizada, desde que seja mantido o mesmo nível de segurança originalmente preconizado.

É vedado o uso de adornos pessoais nos trabalhos com instalações elétricas ou em suas proximidades;

Nos locais de trabalho só podem ser utilizados equipamentos, dispositivos e ferramentas elétricas compatíveis com a instalação elétrica existente, preservando-se as características de proteção, respeitadas as recomendações do fabricante e as influências externas.

7. SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

As ações de emergência devem constar do plano de emergência da empresa.

Os trabalhadores autorizados devem estar aptos a executar o resgate e prestar primeiros socorros a acidentados, especialmente por meio de reanimação cardiopulmonar.

A empresa deve possuir métodos de resgate padronizados e adequados às suas atividades, disponibilizando os meios para a sua aplicação.

Os trabalhadores autorizados devem estar aptos a manusear e operar equipamentos de prevenção e combate a incêndio existentes nas instalações da CONTRATANTE.

8. DESVIOS E SANÇÕES DISCIPLINARES

Quando constatado o não cumprimento da legislação, das normas de segurança, ou na evidência de condições que exponham pessoas a risco grave e iminente, o INSS através de seus representantes, reserva-se o direito de paralisação/interdição imediata da atividade, até que sejam tomadas as medidas cabíveis à regularização. Independentemente do cumprimento do cronograma da obra/serviço em execução.

Uma empresa que adota a terceirização só irá usufruir dos benefícios trazidos pela prática se realizar o controle de mão de obra terceirizada de forma eficiente. Esse controle contribuirá para a prestação otimizada de serviços, sempre tendo em mente a responsabilidade subsidiária. Acompanhar de perto o cumprimento do contrato é uma das funções mais importantes dos gestores empresariais, uma vez que há o dever de fiscalizar por parte da empresa CONTRATANTE.

Em suma, a terceirização não afasta a responsabilidade do tomador dos serviços em implementar medidas para facilitar as condições de trabalho, evitando doenças e acidentes de trabalho. Por fim, cabe destacar que a lei da terceirização reforça que o não cumprimento das normas pode ocasionar multa.

De acordo com a Lei nº 8213/91 são considerados segurados do INSS aqueles na condição de Empregado, Trabalhador Avulso, Empregado Doméstico, Contribuinte Individual, Segurado Especial e Facultativo. Para fins previdenciários, o trabalhador temporário também é considerado empregado, ou seja, aquele contratado para período transitório para suprir necessidades ocasionais. Diante do exposto, é **VEDADO** o trabalho nas dependências da CONTRATANTE por profissionais que não sejam segurados do INSS, e o não cumprimento dessa determinação pode ocasionar sanções legais e contratuais à CONTRATADA.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

A CONTRATATA deverá elaborar e manter os planos, programas, procedimentos e demais documentos exigidos da forma que melhor se adequar às suas necessidades, não havendo um modelo específico de documento.

As análises de riscos devem ser estruturadas com base em metodologias apropriadas, escolhidas em função dos propósitos da análise, dos riscos presentes, das características e da complexidade dos trabalhos.

A documentação que deverá compor a Ordem de Serviço deve ser entregue ao Fiscal/Gestor quando da conclusão dos trabalhos a serem realizados, ou a critério da CONTRATANTE esse prazo poderá ser alterado.

A critério da CONTRATANTE os documentos podem ser emitidos de forma física ou eletrônica.

A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de execução referente a documentação exigida no item 3 que não conseguir entregar antes do início das suas atividades.

Existindo a necessidade de outras empresas ou outras pessoas, que não as pertencentes ao quadro de empregados da CONTRATADA, acessarem as unidades da CONTRATANTE deverá ser feita prévia identificação e comunicação ao FISCAL/GESTOR do contrato, para que sejam tomadas as providências necessárias para a autorização de acesso.

As informações devem ser repassadas em tempo hábil e devem conter: nome, CPF OU CNPJ, atividade a ser executada, tempo estimado de permanência, local de execução do serviço.

Durante a execução dos serviços a CONTRATANTE realizará a fiscalização das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, sem prévio aviso, quanto ao cumprimento das normas de segurança e saúde, e poderá solicitar, a qualquer momento, a apresentação de documentos relativos à Segurança e Saúde do Trabalho, ou nas Ordens de Serviço, notificando a CONTRATADA para regularização.

Sempre que identificar existência de situações que comprometam a segurança e saúde dos seus empregados, contratados e/ou comunidade, ou ainda, danos à sua propriedade por ocasião da execução de serviços de competência da CONTRATADA, o INSS se reserva o direito de exigir a correção imediata da irregularidade ou a suspensão dos serviços sem prévia comunicação, e ainda, afastamento / substituição das pessoas envolvidas, independentemente de cargo ou função, até que sejam tomadas as medidas cabíveis para regularização. As exigências do INSS devem ser imediatamente acatadas e implementadas sob inteira responsabilidade e ônus da CONTRATADA, não a eximindo das obrigações e penalidades constantes das cláusulas contratuais referentes à prazos e multas.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA ALVES MIRANDA**, **Analista do Seguro Social**, em 18/12/2024, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18859095** e o código CRC **F413D888**.